



**A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DO PADRE JÚLIO  
MARIA DE LOMBAERDE E DAS IRMÃS  
CORDIMARIANAS NA REGIÃO AMAZÔNICA ENTRE AS  
DÉCADAS DE 1910 E 1920**

**THE EDUCATIONAL TRAJECTORY OF FATHER JÚLIO  
MARIA DE LOMBAERDE AND THE CORDIMARIAN  
SISTERS IN THE AMAZON REGION BETWEEN THE 1910S  
AND 1920S**

**Alberto Damasceno \***

**Universidade Federal do Pará - UFPA**

 <https://orcid.org/0000-0003-1620-6735>

[albertofdamasceno59@gmail.com](mailto:albertofdamasceno59@gmail.com)

**Marcus Ribeiro \*\***

**Universidade Federal do Amazonas - UFAM**

 <https://orcid.org/0000-0002-5163-4973>

[viniciusribeiro188@gmail.com](mailto:viniciusribeiro188@gmail.com)

**Smile Golobovante \*\*\***

**Serviço Social da Indústria - SESI**

 <https://orcid.org/0000-0003-3639-6767>

[profgolobovante@gmail.com](mailto:profgolobovante@gmail.com)

---

\* Professor Titular da Universidade Federal do Pará, docente do Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) e do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA). Pós Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998)..

\*\* Mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica na Universidade Federal do Pará (PPEB/UFPA). Graduado em Licenciatura Plena de Pedagogia na Universidade Federal do Pará (UFPA). Técnico Pedagógico na Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil da UFPA (PROAES/UFPA).

\*\*\* Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú ; especialista em Ensino de História pela Universidade Federal do Pará Campus Ananindeua ; mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica pelo Programa de Pós-Graduação em Educação PPEB/UFPA ; e doutor em Educação na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia PGEDA/UFPA. Atua como professor no Serviço Social da Indústria (SESI), vinculado ao Departamento Regional do Pará (DR Pará).

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo analisar a atuação educacional do Padre Júlio Maria de Lombaerde, junto às Irmãs Cordimarianas, na região amazônica, especificamente no estado do Pará, entre os anos de 1913 e 1923. Essa pesquisa histórica envolveu análise de diários e matérias de jornais, além de levantamento bibliográfico. Inferimos que o religioso desempenhou um papel fundamental como intelectual a serviço da manutenção da hegemonia construída historicamente pela Igreja Católica no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Educação; História dos Intelectuais; Padre Júlio Maria de Lombaerde; Irmãs Cordimarianas.

**ABSTRACT:** The aim of this article is to analyze Father Julio Maria de Lombaerde's educational work with the Cordimarian Sisters in the Amazon region, specifically in the state of Pará, between 1913 and 1923. The research methodology involved an analysis of diaries and newspaper articles, as well as a bibliographical survey. We inferred that the religious played a fundamental role as intellectuals at the service of maintaining the hegemony historically constructed by the Catholic Church in Brazil.

**KEYWORDS:** History of Education; History of Intellectuals; Father Júlio Maria de Lombaerde; Cordimarianas Sisters.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como temática a História dos Intelectuais e objetiva analisar a atuação educacional do Padre Júlio Maria de Lombaerde, junto às Irmãs Cordimarianas, na região amazônica, especificamente nos estados do Pará e do Amapá, entre os anos de 1913 e 1923. O recorte temporal inicia-se com a chegada do Padre Júlio Maria no estado do Amapá e encerra no ano de 1923, por se tratar do período no qual os religiosos fundaram o Colégio de Nossa Senhora de Lourdes, na então Vila do Pinheiro<sup>1</sup>, localizada na capital paraense.

---

<sup>1</sup> A Vila de Pinheiro, localizada no estado do Pará, teve seus limites interdistritais definidos em 31 de outubro de 1938, conforme estabelecido pelo Decreto Lei nº 3.133. Sua área abrangia o Sub-Distrito de Outeiro e limitava-se com Val-de-Cans e Mosqueiro. Posteriormente, em 30 de dezembro de 1943, por meio do Decreto nº 4.505, assinado pelo interventor do Pará, Magalhães Barata, ocorreu uma reorganização da divisão administrativa e judiciária do Estado, resultando na alteração do nome da então Vila de Pinheiro para Icoaraci, denominação que permanece em uso atualmente.

**Imagem 1.** Padre Júlio Maria de Lombaerde e algumas irmãs Cordimariana



Fonte: Lombaerde (1991)

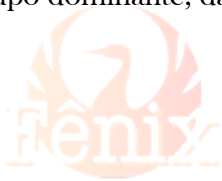
Júlio Maria de Lombaerde foi um religioso nascido na Bélgica que atuou no continente africano, onde desenvolveu trabalho missionário com a população local até o ano de 1902 quando ingressou na então recém-criada Congregação dos Missionários da Sagrada Família, na qual foi ordenado padre em 1908. Em 1912, foi designado para missões no Brasil, chegando em Macapá em 1913. Esteve à frente da paróquia da cidade e lá fundou a Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria, ou Irmãs Cordimarianas, como são popularmente conhecidas, em 1916. Ao lado delas, desenvolveu atividades na região como a direção e criação de escolas a fim de atender a população na localidade.

Pesquisar a história deste intelectual católico durante a Primeira República, período marcado pela defesa da laicização do ensino público, é significativo por uma série de razões. Entre elas, a possibilidade de uma compreensão mais profunda daquele contexto histórico, destacando as estratégias de resistência ou adaptação adotadas em resposta às políticas laicas. Além disso, revela o impacto desse intelectual na educação e na sociedade belenense, bem como as possíveis tensões entre a Igreja e o Estado, contribuindo, assim, para a historiografia educacional ao enriquecer o entendimento acerca da história intelectual no Brasil, tendo em vista que

o trabalho intelectual em Gramsci não se esgota na produção do conhecimento científico, artístico ou filosófico, de maneira que a disseminação do saber, os processos de organização e de direção das instituições e dos movimentos sociais são considerados, também, facetas desse processo de organização da cultura (VIEIRA, 2008, p. 76).

Compreendemos a importância de sujeitos como o Padre Júlio ao longo da história por liderarem a idealização e a organização de determinados projetos sociais e culturais, partindo da premissa de que “os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 2001, p. 21). Essa afirmação não deve ser interpretada de maneira simplista ou restrita à subordinação automática a uma classe dominante, mas sim como uma chave para compreender os mecanismos complexos através dos quais as ideias, os valores e os projetos de mundo se consolidam e se disseminam no tecido social. A hegemonia, no sentido gramsciano, não se limita ao domínio exercido pela coerção direta, mas se realiza principalmente por meio do consentimento ativo e da construção de consenso, o que exige a atuação incessante de intelectuais – tanto os tradicionais quanto os chamados intelectuais orgânicos.

É nesse horizonte analítico que se torna fundamental examinar o papel de figuras como Padre Júlio Maria de Lombaerde. Como veremos ao longo do texto, sua trajetória pode ser relacionada à noção gramsciana dos intelectuais como “prepostos” do grupo dominante, dado que, segundo Gramsci, eles desempenham o,



exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é (...) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção. (GRAMSCI, 2001, p. 21).

Portanto, diferentemente da visão tradicional que concebe os intelectuais como um corpo isolado, distante ou neutro, Gramsci afirma que todos os grupos sociais, ao se organizarem, necessariamente produzem seus próprios intelectuais. Estes não são apenas acadêmicos ou produtores de teoria, mas sujeitos que cumprem tarefas práticas e organizativas, articulando visões de mundo, valores e projetos que moldam a sociedade. Nesse processo, distinguem-se os chamados intelectuais orgânicos, que, ao contrário dos intelectuais tradicionais estes, frequentemente integrados à estrutura hegemônica e portadores da reprodução cultural dominante, estão enraizados nas lutas e nos interesses de classes ou grupos sociais específicos, e cumprem papel decisivo na disputa pela hegemonia ou pela contra-hegemonia, conforme o caso.

É preciso ressaltar que, para Gramsci, a hegemonia ultrapassa o mero exercício da força: ela constitui um fenômeno de conquista do consenso, que se concretiza na

construção de uma direção intelectual, moral e cultural capaz de organizar o senso comum e as mentalidades coletivas. Nesse sentido, os intelectuais orgânicos tornam-se peças centrais do processo, pois atuam na produção, circulação e legitimação de ideias, valores e representações, contribuindo decisivamente para a conformação da realidade social segundo os interesses de uma determinada classe ou bloco histórico – mesmo que, em muitos casos, não pertençam originariamente a esse grupo social.

É nesse quadro que se insere a atuação de figuras como o Padre Júlio Maria de Lombaerde e as Irmãs Cordimarianas, cuja ação evangelizadora e educacional não se reduz a práticas religiosas isoladas, mas deve ser compreendida como parte da construção e expansão da hegemonia cultural promovida pela Igreja Católica em determinados contextos históricos. Esses sujeitos, ao propagar valores, aspirações religiosas e projetos educacionais, contribuíram para o fortalecimento de uma determinada visão de mundo, articulada às disputas pela hegemonia, demonstrando na prática como se processa, segundo Gramsci, a ligação entre intelectuais, religião, educação e direção social.

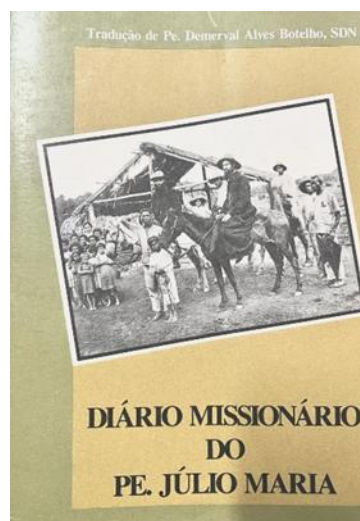
Ao fundar escolas, instituições religiosas e ao colaborar com veículos de comunicação católicos da época, o Padre Júlio Maria desempenhou um papel ativo na difusão de ideias, valores e concepções de mundo que correspondiam aos interesses e à visão de sociedade defendidos pela Igreja Católica. Sua atuação como líder religioso e educacional não se limitou à esfera institucional, mas deve ser compreendida como parte do processo mais amplo de construção da hegemonia, tal como definida por Gramsci – ou seja, o exercício da direção cultural, moral e intelectual capaz de obter o consentimento das massas e de organizar o senso comum em torno de um projeto social específico. Nesse contexto, a figura do Padre Júlio exemplifica o papel dos intelectuais enquanto agentes que, ao formular e difundir concepções de mundo, contribuem diretamente para a legitimação das estruturas de poder e para a reprodução histórica da hegemonia, especialmente em territórios como a Amazônia, onde a Igreja Católica buscava reforçar sua influência em meio às disputas ideológicas e sociais da Primeira República.

Para alcançar o objetivo deste estudo, realizamos uma pesquisa histórico-documental, considerando-a “apropriada quando se deseja investigar um fenômeno já ocorrido e [que] se estendeu por determinado tempo, buscando criar numa linha do tempo comportamentos de um determinado evento” (Kripka *et al*, 2015, p. 70). Para tanto, foi necessário entender que “na análise da documentação efetuada pelo pesquisador em História da Educação, este deve ir além das aparências dos

acontecimentos, e dos conteúdos que estes demonstram” (Prado, 2010, p. 125), tendo em vista que os documentos são produzidos a partir de determinadas ideologias com intuito de oficializar e/ou perpetuar os pontos de vista que lhe interessavam na época. Compreender essa perspectiva foi essencial para evitar uma leitura superficial dos documentos disponíveis e, ao invés disso, interpretarmos o contexto histórico em que foram criados. Ao analisar a trajetória do religioso, foi importante considerar os diferentes interesses e perspectivas que podem ter influenciado a produção dos documentos ao longo do tempo.

Como procedimento metodológico, adotamos um levantamento de fontes históricas, a exemplo de documentos da instituição, fotografias, cartas e livros escritos pelos sujeitos, entre outros registros que nos auxiliassem no processo de sua reconstrução dentro do recorte temporal, destacando o diário escrito pelo religioso que, futuramente, viria a ser traduzido e publicado com o nome “Diário Missionário do Padre Júlio Maria”. Levantamos a maior parte no Colégio Nossa Senhora de Lourdes que conta com um espaço denominado “Sala Histórica” e a biblioteca escolar nas quais são guardadas algumas fontes como as obras literárias do Padre Júlio Maria de Lombaerde. Contudo, também procuramos fontes documentais em locais para pesquisa como exemplo a seção de Obras Raras da Biblioteca Arthur Vianna, o Arquivo Público do Pará e o acervo da Hemeroteca Digital.

**Imagem 2.** Capa do livro “Diário Missionário do Pe. Júlio Maria”



Fonte: Lombaerde (1991)

É de suma importância enfatizar que a análise dessas fontes históricas necessita ser conduzida de maneira crítica, levando em consideração a possibilidade de que tais materiais possam ter sido influenciados por interesses pessoais, equívocos de percepção, omissões propositais e outras distorções, tal como ressaltado por Bloch (2001). Nessa perspectiva, a abordagem crítica se revela essencial para assegurar a confiabilidade e objetividade da pesquisa, permitindo uma compreensão ainda mais precisa dos eventos e processos históricos relacionados aos religiosos.

Também fizemos um levantamento bibliográfico a partir do qual revisamos teses, dissertações, livros, capítulos e artigos científicos que abordassem a temática e o objeto de estudo e que nos servissem como subsídio para a construção deste estudo. Nesta linha de raciocínio, definimos como palavras-chave desta pesquisa os termos: História da Educação e Igreja Católica, Instituições religiosas de ensino e Igreja e Primeira República.

### **BREVE CONTEXTO DA TRAJETÓRIA HISTÓRICO-EDUCACIONAL DAS ORDENS E CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS**

Nossa pesquisa tem o potencial de contribuir para lançar luz sobre a história da educação nas localidades onde os religiosos atuaram, tendo em mente que essa trajetória foi resultado de um processo histórico mais amplo, que remonta ao pioneirismo exercido pela Igreja Católica na área da educação escolar na região amazônica e brasileira. Ao explorar esse processo histórico, podemos compreender melhor as origens da sua atuação educacional no Pará, inserindo-o dentro de um contexto histórico mais abrangente que teve seu início a partir da chegada da Igreja e perdurou ao longo de toda a sua história no Brasil, desde a chegada dos Jesuítas no ano de 1549, o que faz deles os “responsáveis pelas primeiras experiências pedagógicas na colônia devido à necessidade de cristianizar os nativos” (DAMASCENO; SANTOS; PALHETA, 2018, p. 2). Nesta perspectiva, relembramos Gramsci (2001) quando este afirma que

a mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (numa inteira fase histórica, que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc (GRAMSCI, 2001, p. 16)

Rosário e Melo (2015) também destacam a influência da Companhia de Jesus representando a atuação das congregações religiosas na área da educação em nosso país ao longo de sua história, tendo em vista que “os padres jesuítas foram os primeiros professores do Brasil se a abordagem recair na chamada educação formal – escolarizada” (Rosário; Melo, 2015, p. 383), a exemplo do estado do Pará quando o início da atuação religiosa foi deflagrado

após a fundação da capital do Grão-Pará, em 1616, [quando] chegam os primeiros religiosos a penetrarem na Amazônia visando o trabalho de catequese, em 1617. Eram franciscanos da Ordem de Santo Antônio de Lisboa. Não tardaram a receber, através da Carta Régia em 1618, a incumbência de catequizar os índios. Havia já a preocupação em se comunicar com os nativos (DAMASCENO; MIRANDA, 2020, p. XX).

É nesta medida que investigamos esta trajetória, entendendo-a como resultado da consolidação da hegemonia construída pela Igreja Católica mediante a atuação jesuítica até o final da década de 1750, quando foram expulsos do Brasil por conta da “Reforma Pombalina”, então baseada no iluminismo. Para Damasceno e Miranda (2020), entre os historiadores há um certo embate acerca dessa “supressão do sistema educacional jesuítico”, pois há autores que a consideram como uma reforma levada a efeito pelo Marquês de Pombal, enquanto outros a entendem como uma paralisação das atividades educacionais no país (DAMASCENO; MIRANDA, 2020).

Com a instituição do Império em 1822, a relação entre o Estado e a Igreja permaneceu consolidada por meio do regime do padroado, no qual esta última ficou como principal responsável pelas obras de cunho assistencial. De acordo com Neves (2012), “a igreja cria ser sua tarefa a assistência social ficando o estado com a incumbência de financiamento”, cabendo a várias congregações religiosas a direção de instituições de ensino, a exemplo do Colégio Nossa Senhora do Amparo, dirigido pelas Irmãs Filhas de Sant’anna, e o Asilo de Santo Antônio, sob os cuidados das Irmãs Dorotéias, no estado do Pará.

Para Almeida, Barbosa e Pasche (2020), a intensidade da atuação eclesial é inquestionável, uma vez que

pensar o processo de escolarização na sociedade brasileira do século XIX impõe adentrar nos espaços de atuação da Igreja Católica, seja na formação, seleção, atuação ou fiscalização docente, oferta de ensino primário, gestão de cargos públicos no ensino. O exercício de profissões educacionais por religiosos e religiosas era comum, os

mesmos ocupavam cargos como inspetor, conselheiro ou delegado da instrução, reitor, professor, diretor de colégio, autor de livro escolar. (ALMEIDA; BARBOSA; PASCHE, 2020, p. 4)

No período imperial, a Igreja Católica tinha o monopólio da educação formal e exercia um controle significativo sobre o sistema educacional. “No balanço final, o ensino secundário foi assumido, em geral, pela iniciativa particular, especialmente pela Igreja” (Oliveira, 2004, p. 948). A influência da Igreja Católica era evidente tanto no ensino primário quanto no ensino secundário, com a existência de escolas confessionais.

Contudo, influenciada pelo pensamento ultramontano que se manifestou no Brasil com o processo denominado romanização, a relação entre a Igreja e o Estado por meio do sistema de padroado demonstrava sinais de desgaste e isto se evidencia quando consideramos que

as bases da reforma da Igreja eram a autoridade papal temporal e espiritual, secundada pela autoridade dos bispos, independência do governo da igreja ao estado, unificação litúrgica, moralização do clero, reorganização dos seminários, a unificação do ensino catequético, a ampliação da presença eclesial na educação formal, o combate à heresia e cristianização dos católicos, e, suma, a implantação do modelo diocesano em contraposição ao catolicismo tradicional do padroado por um lado, e do catolicismo popular do outro (NEVES, 2009, p. 25).



Esta situação começou a mudar em 1889, após a República ser proclamada no Brasil, quando ocorreu uma reestruturação da gestão da coisa pública e, com ela, uma mudança na relação entre Estado e Igreja, excepcionalmente a partir do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que determinou o fim do padroado e garantiu a plena liberdade de cultos religiosos. No âmbito educacional, naquele período, o Estado do Pará se tornou autônomo em relação à Igreja por meio da Constituição do Estado do Pará de 1891, na qual foi estabelecida a laicidade do ensino ministrado nos estabelecimentos públicos (MELO, 2021). O Estado passou a ser, teoricamente, um estado laico e a Igreja Católica perdeu o papel de religião oficial e os privilégios que a terminada relação proporcionara durante aproximadamente três séculos da história brasileira. Todavia,

os dispositivos constitucionais relacionados ao tema estavam sujeitos a interpretações bem variadas, o que, em uma sociedade majoritariamente católica e com forte sentimento religioso, permitiu uma “acomodação” do texto à posição de destaque ocupada pelo catolicismo ao longo do período. Desse modo, nem a liberdade religiosa, nem a relativa laicidade identificada no período marcam

realmente a separação total entre Estado e religião implicada pela ideia de laicismo. (LEITE, 2011, p. 45).

Nesta medida deve-se questionar: como uma República proclamada sem participação popular poderia difundir seu ideal de laicidade em país onde a maioria de sua população pertencia à religião católica? Ao contrário do que aconteceu em outros processos de instauração da República, como a França, onde o fim desta relação gerou o confisco dos bens móveis e imóveis da Igreja e o fim da autorização de congregações religiosas de manterem suas instituições de ensino e como em Portugal, de onde os Jesuítas foram mais de uma vez expulsos e perseguidos juntos a outras congregações, no Brasil a Igreja Católica permaneceu com pleno domínio de suas propriedades e ações. Isto pode ser melhor compreendido se levarmos em consideração que

o Estado brasileiro não possuía recursos materiais, simbólicos, culturais e sociais para competir com a Igreja Católica. A mesma, se fazia presente no território nacional de forma mais ampla e ativa que o próprio Estado, tanto por meio de sua estrutura administrativa (paróquias, dioceses etc.) como através da educação das elites. Dessa forma, embora o Estado tenha se estabelecido oficialmente separado da igreja católica, concretamente dependia da mesma, vendo-se obrigado a viver num regime de plena integração. (SOARES, 2015, p. 146)

Mesmo assim, após perder o privilégio de religião oficial, a Igreja Católica precisou se reorganizar e pensar novas estratégias para manter a hegemonia que havia construído durante sua história em território brasileiro. Uma reação adotada foi o processo de "diocesanização" (criação de dioceses em todas as localidades) adotado pela instituição numa tentativa de manter o seu poder de dominação em relação à população no país. Depois do Decreto 119-A, de acordo com Aquino (2012), “o processo de criação de dioceses é acelerado ... [sic] 68 novas dioceses foram criadas em quarenta anos’. Em uma nova fase institucional, a Igreja deveria proceder de modo a que o seu poder simbólico fosse territorialmente materializado.” (AQUINO, 2012, p. 159).

A partir de então, a Igreja se espalhou ainda mais pelo Brasil e, assim, logrou aumentar seu poder de alcance sobre a população em todas as regiões brasileiras, pois com o novo regime

as antigas províncias imperiais assumiram o estatuto de federações, implicando em considerável liberdade jurídico-administrativa dos estados. Cada estado contava, por exemplo, com uma Constituição própria, esforçando-se para distinguir-se das demais unidades federativas da República. Essa realidade demandou do episcopado

brasileiro e da nunciatura no Brasil certo ajustamento de sua gestão para atender e lidar de maneira particular com cada estado. Nesse ambiente, a criação de dioceses nesses novos territórios tornou-se premente para os projetos eclesiais (AQUINO, 2013, p. 10).

Para além da diocesanização, outro movimento importante desse processo de manutenção de hegemonia foi o estímulo à imigração de congregações religiosas que desenvolviam sua missão, especialmente, na área educacional, reforçando o reconhecimento da Igreja “por boa parte das elites, como instituição civilizatória, capaz de pavimentar o caminho do progresso nacional” (AQUINO, 2013, p. 12). Destaca-se que

tal reconhecimento foi confirmado, principalmente, pelos trabalhos das congregações religiosas junto aos índios em setor imprescindível para os projetos do Estado republicano brasileiro. Mas saltava aos olhos nesse período o trabalho educacional da ICAR<sup>2</sup>. Colégios católicos, femininos e masculinos, sob a direção de congregações estrangeiras, ofereceram um ensino humanístico na melhor tradição europeia, atraindo as elites que, ao matricularem seus filhos e suas filhas nessas instituições, legitimaram seu caráter civilizador e contribuíram para a sua manutenção e reprodução. (AQUINO, 2013, p. 12)

Com a permanência e o fortalecimento de sua atuação na área educacional, a Igreja tinha oportunidade de fortalecer seu projeto de domínio cultural, levando em consideração que era responsável pela formação dos filhos das classes abastadas, tendo praticamente total domínio sobre a ideologia que lhes seria inculcada. Tal fato gerou uma contradição, na medida em que, de um lado, a elite tentava suprimir a influência da Igreja na ordem política, enquanto de outro ela também investia financeiramente na “rede escolar católica, matriculando seus filhos e filhas em colégios de ‘europeus’, padres, freiras e professores italianos, franceses, belgas, portugueses etc., no espírito da Belle Époque, e desprezava a criação de escolas públicas” (AQUINO, 2013, p. 13).

Mesmo assim, conforme já mencionado, durante as primeiras décadas do período republicano houve a criação de mais instituições católicas de ensino por conta da chegada de um número significativo de novas congregações religiosas que tinham o Brasil como um de seus destinos missionários. Esse aumento foi potencializado pelo processo de imigração europeia, favorecido pelo ambiente de instabilidade e crise pelo qual passava a Europa. Esse movimento, bem recebido no continente latino-americano e no Brasil,

---

<sup>2</sup> Igreja Católica Apostólica Romana

nos permite afirmar que a Igreja injetou, no Brasil, um relevante volume de seus quadros, não apenas pela imigração de congregações novas, mas também pela chegada de religiosos ligados às ordens antigas, já estabelecidas no País desde os tempos da Colônia. [...] Os interesses da Igreja, fragilizada na Europa e em processo de legitimação de uma política centralizada em Roma, fizeram-na considerar a América Latina como um espaço de forte investimento (BITTENCOURT, 2017, p. 37).

Todo esse movimento de reorganização institucional da Igreja, por meio da criação de dioceses, da ampliação da atuação de congregações religiosas e da intensificação das atividades educacionais, está diretamente ligado ao processo de romanização do catolicismo no Brasil. Nesse sentido, a diocesanização e a expansão das congregações missionárias – muitas delas estrangeiras – visavam reafirmar o controle hierárquico e disciplinador da Igreja sobre os fiéis, promovendo uma religiosidade mais institucionalizada e centralizada em Roma.

A presença crescente de colégios católicos dirigidos por padres e freiras europeus em território nacional evidencia a estratégia romanizadora de formar as elites dentro de uma lógica religiosa homogênea, combatendo tanto a secularização republicana quanto os modos locais de vivência da fé. Assim, o Brasil tornou-se um campo fértil para a aplicação desse projeto, que encontrou na educação um dos principais instrumentos de difusão e consolidação da hegemonia católica romanizada.

Foi durante esse processo regular de imigração de europeus que chegou ao Brasil o Padre Júlio Maria de Lombaerde MSF<sup>3</sup>, da Congregação dos Missionários da Sagrada Família, apontada em Recife na década de 1910, passou por Natal, mas tinha como destino a cidade de Macapá<sup>4</sup> para assumir a missão de cuidar da Paróquia da cidade.

### **A ATUAÇÃO DO PADRE JULIO MARIA DE LOMBAERDE E DAS IMRÃS CORDIMARIANAS**

Como mencionado, o religioso chegou em território brasileiro no ano de 1912 em Recife, local no qual passou um breve período antes de se dirigir ao seu destino, a região amazônica. Ao escrever suas primeiras impressões em relação ao país, o religioso relatou que

---

<sup>3</sup> Sigla da Congregação dos Missionários da Sagrada Família

<sup>4</sup> No período estudado, o Amapá ainda não era um estado federado e pertencia ao estado do Pará.

o que é certo é que: 19 - No Brasil, faz calor horrível neste momento. O termômetro de meu quarto está marcando 320. E saibam que estamos na primavera. 20 - A brisa leve, que sopra, é antes para secar que para refrescar. 30 - Sem falar dos negros, os habitantes do Brasil são tão castanhos como um presunto defumado. Os europeus, que passam aqui dois ou três anos, tornam-se logo marrons, ou antes, ficam com a pele puxando para marron-claro. 40 - Certas frutas, como a vide, a batata, entre outras, dão duas colheitas por ano. Mas pouco importa a cor. A perspectiva de tornar-se negro não nos amedronta. Que a pele se escureça, contanto que a alma conserve sua brancura - pouco importa (Lombaerde, 1991, p. 80-81)

Padre Júlio Maria expressa uma visão profundamente marcada por preconceitos raciais e culturais em relação ao povo brasileiro e à região amazônica. A descrição do clima como “calor horrível” e a comparação dos habitantes a “presunto defumado” revelam não apenas um desconforto físico, mas também um olhar estereotipado que reforça hierarquias raciais e a valorização da pele clara. Sua afirmação de que “a perspectiva de tornar-se negro não nos amedronta” – desde que “a alma conserve sua brancura” – evidencia um eurocentrismo conservador que associa a pureza e a superioridade moral à brancura, ao passo que desvaloriza as identidades negras e mestiças. Esse discurso reflete as tensões sociais e raciais presentes no Brasil do século XIX, quando a construção da identidade nacional ainda convivia com fortes preconceitos e a manutenção de privilégios coloniais.

Outro aspecto do pensamento de padre Júlio Maria que merece destaque refere-se à sua percepção sobre a maçonaria. Ao deparar-se com Lojas Maçônicas ao longo de sua viagem pelo território brasileiro, o religioso afirma: “levado por essas aparências de beneficências, deixa-se alistar nas fileiras do Mestre Lúcifer; pouco a pouco, vai deixando de lado as práticas cristãs, até o dia que, rompendo com a Igreja, vê, demasiadamente tarde talvez, que foi enganado” (Lombaerde, 1991, p. 89). Tal posicionamento não deve ser interpretado de forma isolada, mas sim contextualizado no âmbito do movimento romanizador que inspirado no Ultramontanismo, orientava a atuação do clero e da própria Igreja Católica no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Essa perspectiva enfatizava a obediência irrestrita ao Papa e uma postura combativa frente a elementos considerados ameaçadores à unidade da fé católica, entre eles a maçonaria. A compreensão de Padre Júlio Maria ecoa diretamente o conteúdo da encíclica *Humanum Genus*, publicada por Leão XIII em 1884, na qual a maçonaria é caracterizada como uma associação racionalista, anticristã e propagadora de erros morais e sociais. As declarações do padre, nesse sentido, ilustram aquilo que Neves (2009)

diagnostica em sua análise sobre o enfrentamento promovido pela Igreja Católica diante das "catolicidades" dissidentes e dos movimentos considerados rebeldes:

a Santa Sé compreende a necessidade de lapidar as diferenças entre os católicos a partir de seu "modo de ser católico" sobre as outras "catolicidades". Investindo contra as formas rebeldes como os liberais e maçons, esta procura solidificar um sentido de espiritualidade como querigma (projeto salvífico), ao mesmo tempo conservando seu poder temporal. A identidade religiosa dos católicos será a frente da principal batalha travada entre a igreja e o estado e, entre aquela e os outros "modos de ser católico" (NEVES, 2009, p. 17)

Ao chegar no Amapá, encontrou um "terreno fértil" para sua missão, uma vez que no início do século XX não houve atuação significativa por parte do Estado na educacional amapaense, o que criou um vazio a ser preenchido pela Igreja.

sobre este pano de fundo (o do imobilismo administrativo daqueles que ocupavam os cargos públicos na região - prepostos do governador paraense e coronéis) destacava-se a atuação da Igreja - principalmente dos religiosos da congregação da Sagrada Família (masculina) e da Comunidade das Filhas do Coração Imaculado de Maria (feminina) (LOBATO, 2009, p. 66).

Entre os religiosos vinculados à congregação da Sagrada Família acima mencionada estava justamente o Padre Julio Maria de Lombaerde, que ao se deparar com um estado quase "pagão" dos habitantes da Amazônia em 1913, viria a relatar em seu diário<sup>5</sup>.

sem ainda terem voltado ao pleno paganismo, não tem mais da religião cristã a não ser algumas cerimônias exteriores. Quanto ao resto é ausência total de toda a prática religiosa. A ignorância completou sua obra arrancando destas almas a fé e o amor para deixar-lhes apenas o vazio impressionante de um vago espiritualismo sem fundamentos e sem práticas. (LOMBAERDE, 1991, p. 255)

Incomodado com a situação, decidiu fundar uma escola de meninos para receberem ali o letramento e o ensino religioso por meio da catequese, da participação em atividades como teatro e educação musical, além de criar o Cine Olímpia Macapaense, onde eram projetados filmes educativos (LOMBAERDE, 1991). Essas ações demonstram a grave preocupação do religioso com a realização de um projeto

<sup>5</sup> Diário escrito por Padre Júlio Maria de Lombaerde entre os anos de 1912 e 1913, publicado na década de 1990, aproximadamente 50 anos após seu falecimento.

educacional para a comunidade amapaense baseada, não somente na instrução das primeiras letras, mas também no ensino de artes.

O discurso e a atuação do Pe. Júlio Maria de Lombaerde refletem nitidamente os ideais do movimento romanizador da Igreja Católica, que buscava reconduzir os fiéis a uma vivência religiosa mais ortodoxa, alinhada aos padrões estabelecidos por Roma. Ao deparar-se com o que considerava um estado de “quase paganismo” entre os habitantes da Amazônia, o religioso interpreta a ausência de práticas religiosas formais como sinal de decadência espiritual, reforçando a visão romanizadora de que era necessário “civilizar” e reevangelizar essas populações. Sua resposta a essa realidade – a criação de uma escola voltada à catequese, ao letramento, ao ensino de artes e ao uso do cinema como instrumento de formação moral – evidencia um projeto pedagógico que transcende a instrução básica. Trata-se de uma proposta que articula educação, cultura e fé como estratégias de construção da identidade cristã e de expansão do controle simbólico da Igreja sobre os sujeitos locais, moldando-os de acordo com os valores católicos universalizados pela lógica romanizadora.

**Imagem 3.** Padre Júlio Maria de Lombaerde junto de meninos uniformizados e na posse de instrumentos musicais



Fonte: Lombaerde (1991)

Por conta do trabalho que desenvolvia o religioso atraiu a atenção do governo da época, sendo nomeado professor público, membro do Conselho Escolar<sup>6</sup> (LOMBAERDE, 1991) e Diretor das escolas reunidas (MIRANDA, 1957; LOBATO, 2009). Essas nomeações evidenciam que a atuação do religioso ganhou certo destaque a

<sup>6</sup> Uma espécie de conselho educacional criado pelo Governo Republicano, os quais eram instituídos nos municípios paraenses da época.

ponto de ser um reconhecido oficialmente; porém, ao mesmo tempo, demonstram uma incoerência no discurso republicano que buscava a laicização do ensino.

O religioso tinha intenção de estender sua atuação para a formação de meninas, uma vez que “mister se fazia fundar escolas para as meninas” (LOMBAERDE, 1991, p. 288) ao mesmo tempo em que se fazia as seguintes interrogações: “Mas quem cuidaria delas? Quem, sobretudo, lhes daria uma instrução religiosa sólida, paciente, sem lhes cortar bruscamente os seus costumes e usos?” (LOMBAERDE, 1991, p. 288). Diante disto, partiu em busca de congregações religiosas femininas que pudessem indicar pessoas para ajudar em seus trabalhos; entretanto, após receber respostas negativas, Padre Júlio Maria tomou a decisão de reunir moças pertencentes à comunidade que, posteriormente, em 1916, seriam oficializadas como membras da futura Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria, popularmente conhecidas como as Irmãs Cordimarianas, as quais o auxiliariam em suas atividades missionárias.

Neste contexto, a criação do Colégio-Orfanato Santa Maria, a fim de oferecer instrução às meninas da localidade (Lobato, 2009), fruto da iniciativa de fundação de uma congregação religiosa feminina para apoiar seus esforços, levanta reflexões sobre o poder e controle exercidos pela Igreja na educação e na vida das mulheres, cabendo àquela instituição ensinar.

que a mulher deveria aceitar a natureza dada por Deus (a imagem de pureza, submissão e o exercício das atividades naturais como, cuidar da casa, do marido e dos filhos, bordar, costurar...) e, se a mulher se voltasse contra esta natureza, ela seria considerada rebelde em relação aos princípios “celestiais”, portanto exposta como contestadora de tais ensinamentos doutrinários. (SILVA; INÁCIO FILHO, 2007, p. 3)

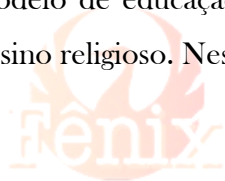
É fundamental destacar que a fundação da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria foi motivada pela atuação político-religiosa do Padre Júlio Maria, evidenciando a predominância masculina na estrutura eclesiástica e no papel complementar das mulheres dentro da instituição. Ademais, com a instituição da congregação e o recrutamento das Irmãs Cordimarianas, o religioso criou a possibilidade de aumentar o público-alvo de suas ações catequizadoras, independente de gênero.

**Imagem 4.** Padre Júlio Maria de Lombaerde junto a meninos e meninas após sua primeira comunhão



Fonte: Lombaerde (1991)

É importante ressaltar que a formação de novos religiosos era fundamental, para garantir a ampliação da fé católica, seguindo a lógica de que, quanto maior a quantidade de catequizadores, maior seria a quantidade de catequizados. Esta seria uma das razões pelas quais a Igreja Católica se mostrava reticente aos planos republicanos de laicização do ensino, o que acabou gerando embates entre educadores que buscavam implantar um modelo de educação laica e educadores católicos que defendiam a obrigatoriedade do ensino religioso. Nesse contexto é importante ressaltar que



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

o confronto envolvia com destaque a questão da feição a ser assumida pela escola pública, aspecto em disputa, ao longo de todo o período, em razão do princípio da laicidade, estabelecido a partir da Constituição de 1891. Esse fato, alimentado pela então recente separação entre Igreja e Estado, se confrontava com uma longa tradição marcada pela presença do ensino religioso de base católica na escola pública brasileira, motivando a organização de um movimento católico que pretendia promover a reversão daquele quadro. (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 47).

Os religiosos se propuseram a atuar no meio educacional, buscando o fortalecimento da fé, dos valores e dos ideais católicos por meio da instrução, da assistência e até na área da saúde. De acordo com Miranda (1957) as “pessoas mais gradas do município e o próprio Prefeito solicitaram ao governo um decreto em que se outorgasse ao Pe. Júlio Maria a farmácia e o posto médico existentes em Macapá” (MIRANDA, 1957, p. 209), solicitação aparentemente atendida, uma vez que o próprio religioso relata que foi nomeado “delegado de Higiene Pública, dando-me toda autoridade para tomar as medidas sanitárias que julgasse necessárias para o bem do povo” (LOMBAERDE, 1991, p. 287).

Em 1923, por conta dos males causados por uma doença que o afetou e a algumas Irmãs Cordimarianas, além das dificuldades financeiras, o religioso pediu permissão à sua Congregação para se mudar para a capital paraense. Após conseguir o aval de seus superiores se mudou para a Vila do Pinheiro, atual distrito administrativo de Icoaraci, e para lá transferiu consigo a Congregação por ele fundada.

**Imagem 5.** Padre Júlio Maria de Lombaerde, as Irmãs Cordimarianas e as meninas alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes



Fonte: Lombaerde (1991)

No mesmo ano de sua chegada à Vila, os religiosos ali fundaram o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, que teve suas atividades iniciadas como pensionato e orfanato, proporcionando aos religiosos a oportunidade de concretizar seu projeto de instrução e catequização por meio da escolarização de crianças desvalidas acolhidas naquela sob a direção das Irmãs Cordimarianas, de forma semelhante a tantas outras instituições religiosas que prestavam assistência a crianças órfãs.

Esse movimento de atuação dos religiosos no campo educacional, assistencial e sanitário, especialmente protagonizado pelo Padre Júlio Maria e pelas Irmãs Cordimarianas, insere-se no contexto mais amplo do processo de romanização da Igreja Católica no Brasil. Ao assumir funções sociais relevantes, como a gestão de serviços de saúde e a criação de instituições educacionais, os religiosos não apenas respondiam às demandas locais, mas também ampliavam a presença e a influência da Igreja nas esferas públicas e cotidianas. A fundação de congregações religiosas e sua inserção em territórios como Macapá e posteriormente a capital paraense, revelam a articulação entre missão evangelizadora e projeto civilizador, características centrais do ideário romanizador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, nos propusemos a investigar a trajetória do Padre Júlio Maria de Lombaerde e sua atuação na região amazônica nas primeiras décadas do século XX, com o objetivo de contribuir para os estudos da História dos Intelectuais. Ao analisar suas atividades educacionais, culturais e religiosas, o estudo evidenciou a complexidade de sua intervenção, destacando-se como um agente na construção e na reprodução de um projeto educacional e cultural diretamente vinculado à perpetuação da hegemonia historicamente consolidada pela Igreja Católica no Brasil e no cenário internacional.

À luz da concepção gramsciana de hegemonia entendida como direção intelectual, moral e cultural capaz de gerar consentimento e organizar o senso comum, a trajetória do Padre Júlio Maria e das Irmãs Cordimarianas na Amazônia revela as múltiplas formas pelas quais se articulam religião e educação em um período marcado pelas tentativas de laicização do ensino público e por intensas transformações políticas, sociais e culturais no país. Longe de constituir uma ação meramente reativa, as iniciativas desses intelectuais religiosos devem ser compreendidas como parte da luta permanente pela consolidação ou reorganização da hegemonia, no interior da qual a Igreja Católica buscou preservar e ampliar sua capacidade de direção social, sobretudo mediante o controle das instituições educativas e dos espaços de produção simbólica.

Constatamos que o Padre Júlio Maria e das Irmãs, ao integrarem o ensino escolar à catequese, movimentaram-se no interior desse campo de disputa hegemônica, atuando simultaneamente nos âmbitos educacional, religioso e cultural, em sintonia com o projeto de manutenção do prestígio e da influência da Igreja, conforme os mecanismos que Gramsci descreve como fundamentais para o exercício da hegemonia. Sua atuação, legitimada inclusive pelo reconhecimento do Estado, demonstra o entrelaçamento entre as estratégias eclesiais e as necessidades de formação de um consenso social em torno de determinados valores, visões de mundo e práticas culturais.

Além disso, o engajamento do Padre Júlio em outros espaços — como sua colaboração em jornais e revistas, a criação de um cinema e iniciativas na área da saúde — confirma que sua influência transcendeu o campo estrito da educação formal, inserindo-se em um projeto mais amplo de intervenção cultural e organização das mentalidades. Trata-se, portanto, de um exemplo concreto da atuação de um intelectual orgânico, cuja prática evidencia o papel da Igreja Católica não apenas como instituição religiosa, mas

como protagonista na construção e reprodução de uma hegemonia cultural no contexto amazônico e nacional.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, Maurício de. A diáspora das congregações femininas portuguesas para o Brasil no início do século XX: política, religião, gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 393-415, 2014.
- AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História**, v. 32, p. 143-170, 2012.
- AQUINO, Maurício de. A Igreja Católica na Primeira República Brasileira (1889-1930): laicidade pragmática, diocesanização, congregações religiosas. In: CARREIRO, Gamaliel Silva; SANTOS, Lyndon de Araújo; FERRETTI, Sérgio Figueiredo; SANTOS, Thiago Lima de. (Org.). **Todas as águas vão para o mar: poder, cultura e devoção nas religiões**. São Luís: EDUFMA - Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2013, p. 119-142.
- ALMEIDA, Cíntia Borges de; BARBOSA, Rosemarry da Silva Gomes; PASCHE, Aline de Moraes Limeira. Beneficência e Instrução: ações católicas na história da educação na capital do império (1880-1930). **Revista Pedagógica**, v. 22, p. 1-20, 2020.
- BITTENCOURT, Agueda Bernardete. A era das congregações-pensamento social, educação e catolicismo. **Pro-Posições**, v. 28, p. 29-59, 2017.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- DAMASCENO, Alberto; MIRANDA, Joaquina Ianca. Colonização e educação na Amazônia portuguesa (1500-1757). **Educação**, v. 45, p. 1-28, 2020.
- DAMASCENO, Alberto. Notas sobre a reforma pombalina da instrução em Portugal e na América portuguesa. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 14, n. 60, p. 346-362, 2014.
- DAMASCENO, Alberto; SANTOS, Emina; PALHETA, Daniel. A educação jesuítica na Amazônia Setecentista e os confrontos com o Pombalismo. **Revista Linhas**, v. 19, n. 41, p. 259-291, 2018.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, v.2**. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUIMARÃES, Junior. Icoaraci: A monografia do Megadistrito. Belém, Editora. Delta, 1996.
- LEITE, Fábio Carvalho. O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. **Religião & Sociedade**, v. 31, p. 32-60, 2011.
- LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)**. 2009.
- LOMBAERDE, Júlio Maria. **Diário Missionário do Pe. Júlio Maria**. Belo Horizonte: O Lutador, 1991.

MELO, Clarice Nascimento de. Escola mista nos primeiros anos da República: das Escolas Isoladas aos Grupos Escolares (Pará/Brasil, 1890-1901). **Cadernos de História da Educação**, v. 20, 2021.

MIRANDA, Antônio Afonso de. **Padre Júlio Maria: sua vida e sua missão**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1957.

NEVES, Fernando. Instrução pública nos relatórios oficiais e na correspondência do império: bispo, asilo e ultramontanismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 11, n. 43e, p. 211-223, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i43e.8639962. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639962>. Acesso em: 9 fev. 2023.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. **Solidariedade e conflito: Estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)**. 2009. 364 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

NUNES, Maria do Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 12, p. 945-958, 2004.

PRADO, Eliane Mimesse. A importância das fontes documentais para a pesquisa em História da Educação. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS**, v. 16, n. 31, 2010.

ROSÁRIO, Maria; MELO, Clarice. de. A educação jesuítica no Brasil colônia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 61, p. 379-389, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i61.8640534.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, v. 13, p. 32-55, 2009.

SILVA, Michelle; INÁCIO FILHO, Geraldo. Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930): do lar para a escola ou a escola do lar. **Revista HISTEDBR On-Line**, 2007. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art14\\_15.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art14_15.pdf). Acesso em: 29 abr. 2024.

SIMÕES, Daniel Soares. **O rebanho de Pedro e os filhos de Lutero: o Pe. Júlio Maria De Lombaerde e a polêmica antiprotestante no Brasil (1928- 1944)**. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SOARES, Fabrício Emerick. Discurso Religioso, Laicidade e Espaço Público: notas sobre a Atuação Política e Missionária do Padre Júlio Maria de Lombaerde (1928-1944) - DOI 10.5752/P.1983-2478.2014v10n17p143. **Interações**, v. 10, n. 17, p. 143-161, 31 ago. 2015.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 8, n. 1, p. 63-85, 2008. LOBATO, Sidney da Silva. Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956). 2009.

Recebido em: 29/06/2024  
Parecer dado em: 15/09/2024